

# Gestão Pública é a melhor opção para setor de Saneamento Básico

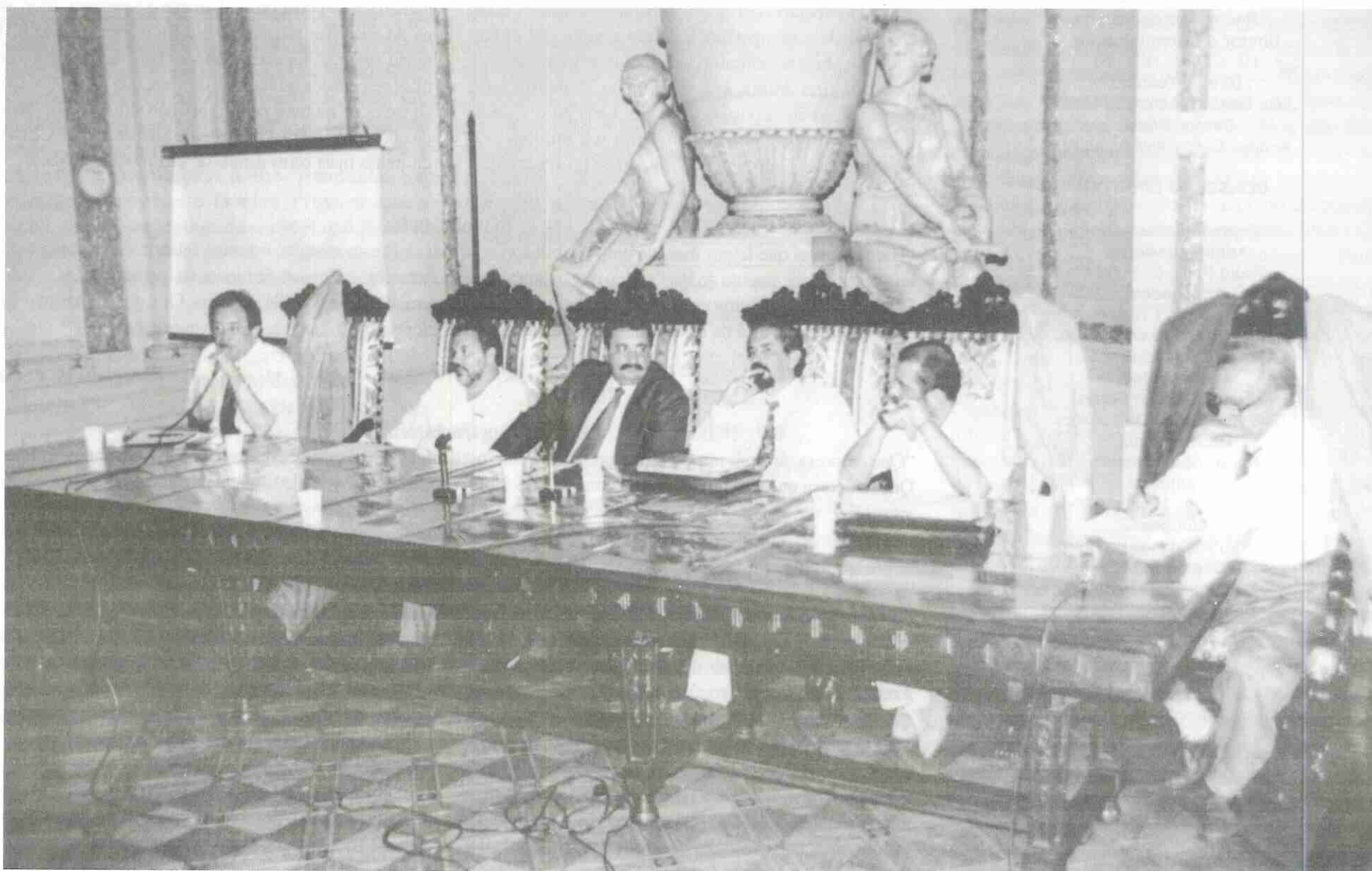


Foto: Ronaldo Gama

**O** Seminário sobre “Modelos de Gestão pública para o Saneamento”, que acaba de ser realizado na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro - ALERJ - concluiu que os serviços de Saneamento não devem ser privatizados, pois são essenciais à manutenção da qualidade de vida da população e ao desenvolvimento social do Estado do Rio de Janeiro. Outra importante conclusão do Encontro, que contou com a participação de técnicos de vários estados do país, foi de que a

gestão pública do Saneamento dá certo e dá lucro, principalmente lucro social. Durante o encontro, o consultor e sanitarista Rodolfo José da Costa e Silva, conclamou a união dos intelectuais, trabalhadores e empresários nacionais em defesa das empresas públicas de Saneamento. Rodolfo alertou que a privatização do Setor vai atingir as empresas de consultoria e projetos, equipamentos e obras nacionais, que serão substituídas por empresas internacionais. Durante o seminário, técnicos e

políticos denunciaram os esquemas dos governos federal e estadual, no sentido de privatizar o mais rápido possível o Setor de Saneamento Básico, que fatura anualmente R\$ 5 bilhões/ano, gerando milhares de empregos diretos e indiretos. Um dos temas destacados foi o das dificuldades impostas pelo governo federal para a liberação de recursos para as empresas públicas, mesmo as que demonstraram competência e capacidade de endividamento.

(Páginas 4, 5 e 6).

**Projeto do Governador retira “na marra” poder concedente dos municípios.**



Associação dos Empregados de  
Nível Universitário da CEDAE  
Rua Sacadura Cabral, 120, salas 601,  
602, 607 e 902  
Tels: 263- 6240 e 296-0025 - Ramal 102  
Telefax: 253-7482  
Internet: aseac@mandic.com.br

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**Diretor Presidente**  
Dário Mondego  
**Diretor vice-Presidente**  
Walcyr Goulart Mariosa  
**Diretor Administrativo**  
César Eduardo Scherer  
**Diretor Financeiro**  
Edson Reis da Silva  
**Diretor de Comunicação**  
Jaime Dutra Noronha  
**Diretor Técnico**  
João Benedito Lorenzon Mello  
**Diretor Social**  
Antônio Carlos Alvares Grillo

**CONSELHO DIRETOR**

**Representantes dos Administradores:**  
Pedro Paulo de Freitas  
**Advogados:**  
Sueli Kolling Turano  
**Analistas:**  
César Lima da Graça  
**Aposentados:**  
Edson Bittencourt Rosas  
Elycio Américo M. Da Fonseca  
Leon Amram  
Nacim Chau Cascum  
**Arquitetos:**  
Dirceu Soares Marinho Filho  
**Biólogos:**  
Evandro Rodrigues de Brito  
**Contadores:**  
Sergio Pereira  
**Demais categorias:**  
Eliana Glória de P. Peixoto  
**Economistas:**  
Pedro Evandro Ferreira  
**Engenheiros:**  
Álvaro Henrique C. Verocai  
Clóvis Francisco do Nascimento Filho  
Flávio de Carvalho Filho  
Márcio de Melo Rocha  
Paulo César Quintanilha  
Renato Guerra Marques

**CONSELHO FISCAL**

Emy Guimarães de Lemos  
Arlindo Pereira  
Jorge Rodrigues Leitão  
Alberto José M. Gomes  
**Produção e Edição**  
Planin - Assessoria de Comunicação  
Telefax: (021) 220-5031 / 224-5472  
**Jornalista Responsável**  
Carlos Emiliano Eleutério - MTB: 12.524/RJ  
**Diagramação:**  
Joyce Velasco - jvelasco@netrio.com.br  
**Revisão:**  
Maria Amália Monteiro

Edição de novembro/dezembro de 1997  
Tiragem: 1.000 exemplares

## A CEDAE é viável? A CEDAE dá certo?

**M**aior empresa do Estado do Rio de Janeiro, responsável pela geração de milhares de empregos diretos e indiretos, alavanca do desenvolvimento social do Rio de Janeiro. Não há dúvida alguma de que a CEDAE dá Certo. Aliás, para os empregados da empresa essa dúvida não existe. Até porque, são anos de experiência, participando diretamente do processo de desenvolvimento do Estado, superando crises e, com criatividade e competência, dando a volta por cima, para garantir a responsabilidade maior de todo cidadão que trabalha numa companhia de Saneamento: universalizar os serviços. Contudo, após anos e anos de manipulação política, a empresa precisa ser reestruturada. Com suas dificuldades agravadas por



Foto: Ronaldo Gama

pressões internas e externas após a onda neoliberal que "deu um nó" nos neurônios dos governantes do nosso Estado, essas perguntas passaram a ser colocadas para a sociedade, de forma geral, com uma quase que nítida intenção de "plantar" essa mesma dúvida no inconsciente da população e, assim, justificar a privatização desses serviços essenciais à saúde humana, a qualquer preço. Durante o Seminário realizado na ALERJ (ver páginas 4, 5 e 6), o jornal da ASEAC ouviu algumas opiniões, curtas e objetivas, de alguns dos mais respeitados sanitaristas do País, que foram taxativos ao expor os motivos pelos quais não têm a menor dúvida de que, como outras empresas de Saneamento, a CEDAE dá muito mais certo dentro de um modelo público:

**Rentabilidade**

"Uma empresa que fatura mais de um R\$1 bilhão/ano é viável. Preste atenção, estamos falando da segunda maior empresa de Saneamento do País, sendo que o faturamento da terceira - a Copasa - é menos da metade do da CEDAE. Estamos falando de uma empresa que teve um lucro bruto, em 1996, de R\$ 384 milhões. Ora, a CEDAE não tem crise alguma. Ela está na mesma situação de várias outras empresas do Setor e, se houver vontade política, ela dá certo".

*Marcos Montenegro - presidente da Caesb.*

**Competência técnica**

"Que empresa que tem um mercado garantido - cativo - de mais de 10 milhões de consumidores, que não é viável? Que empresa que tem uma receita de mais de R\$ 1 bilhão/ano, além de técnicos altamente competentes, que não é viável?"

*Rodolfo José da Costa e Silva - consultor e sanitarista.*

**Autoridade legal**

"Eu não tenho dúvidas de que a CEDAE dá certo, de que ela é viável. O importante é que ela realmente tenha uma gestão profissional, utilize a competência de seus técnicos e se aproxime do poder concedente e da população - pois esta é quem deve definir as prioridades da empresa. A relação poder concedente/população é fundamental para garantir a viabilidade econômica da CEDAE e resolver o problema do atendimento da demanda social".

*Antônio Marsiglia - presidente da ABES/SP e diretor da Sabesp.*

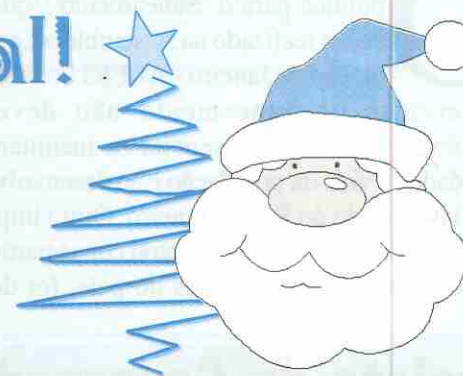
**Instrumento social**

"O entendimento de que a água é um produto, com certeza de mercado e gerido sob a forma de monopólio, faz dela um excelente negócio. E se é um excelente negócio para a iniciativa privada, por que não pode ser utilizado como instrumento social de promoção de justiça social pelo Poder Público? Toda vez que levantam a questão da privatização da CEDAE, eu levanto essa questão".

*Eduardo Meohas - prefeito de Resende/RJ.*

## Mensagem de Natal!

A ASEAC deseja a seus associados um feliz Natal e um ano novo de sucessos e vitórias na luta pela preservação da CEDAE na esfera pública para que ela possa exercer o papel de alavancagem do desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Rio de Janeiro.





# Regime ditatorial, jamais! Nem à semelhança

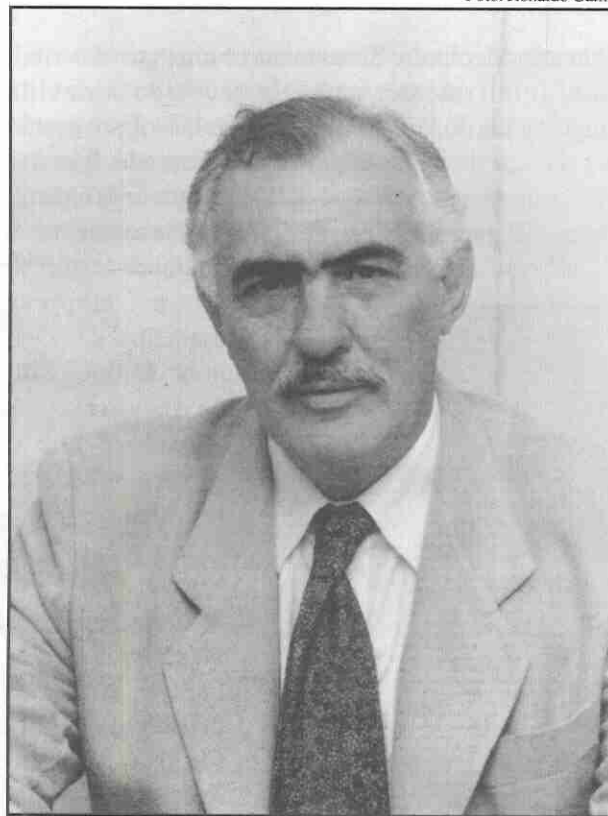
**A**té aqui, vínhamos, através de argumentos, tentando convencer a todos quantos se encantam com a possibilidade de privatização das concessões dos serviços essenciais de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Pautamo-nos, sempre, na importante atuação da CEDAE, concessionária de gestão pública, quer no passado, nos idos tempos memoráveis das suas antecessoras CEDAG, ESAG e SANERJ, que receberam dos governantes a necessária e indispensável delegação de poder que as tornaram grandes e foram capazes de atender a quase 100% na Cidade-Estado da Guanabara e em outros municípios fluminenses, respectivamente, quer no presente, exibindo-se a função social que pratica, através do subsídio cruzado, suprimindo a ausência do governo do Estado na assistência às tão profundas raízes sociais existentes no Saneamento Básico, principalmente, neste Estado, onde é crescente a população pobre residente em comunidades carentes e favelas. Prova-se que a estatal estadual tem cumprido o papel que justifica seus objetivos, bem como, também, ajuda, sobremaneira, o governo na universalização do Saneamento Básico, no âmbito estadual, sem distinção prioritária deste ou daquele município. O objetivo é a saúde do homem fluminense, não importando onde ele viva neste Estado.

Hoje, a CEDAE carece de modernização de sua estrutura organizacional, de auto gestão descentralizada, partilhada com os municípios conveniados, mas não de sua extinção por suposta ineficácia, já que, até hoje, afora o competente relatório do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, referente ao exercício de 1995, que aponta fragilidades da empresa, sanáveis e sem gravidade, mas que, ao final, a consagra como viável, nenhum outro estudo de viabilidade foi feito pelo atual governo. De forma profissional e por puro "feeling" seu, decreta a inviabilidade da Companhia, que tem um faturamento cativo de R\$ 1,2 bilhão anual. Curva-se ao modismo das privatizações, em razão da avidez aguda do capital privado que só transita, naturalmente, em auto-estrada que se destina ao lucro.

Tem sido uma luta democrática, sem arrefecimento dos sanitaristas, em oposição às intenções do governo estadual, em que pese a desigualdade, em todos os sentidos, para se chegar à consciência de cada cidadão de bem deste Estado do Rio de Janeiro, para nos ajudar a defendê-lo, no seu direito à vida sadia e à saúde pública, sem a especulação financeira que, como no passado, a Light, a Leopoldina e outras nos fizeram conviver com a sucata por "eles" deixada, após as vantagens auferidas nos longos contratos que, na média, mostraram-se péssimos para a sociedade. Hoje, a repetência da Light e a neófito CERJ privada já mostram, prematuramente, ao que vieram e lá, na Inglaterra e na França, berço das multinacionais interessadas no Saneamento, houve retrocesso e até

Foto: Ronaldo Gama



**“Na Inglaterra e na França, berço das multinacionais interessadas no Saneamento, houve retrocesso e até cassação de concessões, em face de péssimos serviços e à corrupção.”**

cassação de tais concessões, em face de péssimos serviços prestados e devido a corrupções. Mas o grande "Golias" não se dá por satisfeito diante de "Davi". Encaminhou à Assembléia Legislativa a Mensagem nº 40m submetendo o Projeto-de-Lei complementar nº 26/97, que agride frontalmente o artigo 30, inciso V, da Constituição do Brasil, ao propor a cassação do Poder Municipal nas prerrogativas de atuar e conceder os serviços essenciais de interesse local, levando para si - governo estadual - tal prerrogativa, no âmbito da Região Metropolitana. Quíça, para viabilizar mais rapidamente a privatização das concessões rentáveis e, como solução concomitante, para estancar, autoritariamente, a reação racional divergente.

Para que não suscitasse nenhuma dúvida no Micro Região dos Lagos, ali, também, proposta sutilmente, através do parágrafo 2º do artigo 7º, induz aos deputados a homologarem atos irregulares e inconstitucionais, duplamente, praticados pelos prefeitos, no apagar das luzes da legislatura próxima passada, ao transferirem para o governo do Estado, através de convênio, suas prerrogativas intransferíveis

de licitar para conceder à iniciativa privada serviços daqueles municípios e, pior, ignorando a Lei Orgânica do Município e, conseqüentemente, as Câmaras dos vereadores que, até hoje, não foram ouvidas sobre tal decisão. Há processo ajuizado, aguardando julgamento de mérito. A questão está "sub-júdice".

Ainda não saciado ou, quem sabe, pelo desespero, já que em três anos não aflorou a competência que pensava ter, quer, em um ano, realizar as privatizações, pelo menos, de concessões rentáveis, tais como o Guandu, Imunana-Laranjal, Barra da Tijuca, jacarepaguá e Região dos Lagos, ainda que, para isso, tenha que pisotear a Lei, bem como, colocou no mercado debêntures no valor de R\$ 400 milhões, com garantia de uma companhia que ele pretende tornar moribunda, uma vez que o cerne do empreendimento - a produção (Guandu e Imunana-Laranjal) - poderá estar nas mãos da iniciativa privada. Isso se as prefeituras ficarem passivas, já que, de acordo com a equação tarifária, aqueles patrimônios são partilhados entre Estado e municípios usuários de tais sistemas.

Aqui, paramos assombrados! É como um pesadelo, onde nos perguntamos: Já não vimos este filme? Olha que, em passado recente, tudo começou com o fechamento do Congresso Nacional. Em escala menor, o procedimento derradeiro do governador foi como se estivesse fechando o legislativo de Araruama. Não foi diferente. Desmoralizou a decisão da Câmara de Vereadores daquele Município, através de suas quatro Comissões Permanentes, inclusive a de Constituição e Justiça, que negaram o convênio e a privatização da concessão dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário naquele município. Batendo os ombros, qualificando-os de "vereadorezinhos" da oposição, assinou, como gestor absoluto, contrato com o consórcio privado "Águas de Juturnaíba", abrangendo os Municípios de Araruama, Silva Jardim e Saquarema. Faz-nos, até, pensar que já estava acertada a aprovação pela Assembléia Legislativa do P.L. nº 26/97.

Com o conluio formado por 47 deputados estaduais e o governo estadual, foi aprovado o Projeto-de-Lei Complementar 26/97 no dia seguinte ao da assinatura do contrato pelo governador, na Região dos Lagos, que se antecipou ao Projeto-de-Lei "mãe", nº 266, de autoria do Senador José Serra, que ainda não foi a plenário, tendo sido alvo, no último dia 27/11, em audiência pública na Comissão de Defesa dos Consumidores, exatamente porque há fortes indícios de inconstitucionalidade, já que o artigo 30, inciso V, da Constituição do Brasil não aventa exceções para os municípios existentes dentro dos limites das regiões metropolitanas, o que nos leva à certeza de que o P.L. nº 26/97 também o é.

Exerce, assim, o governador, o regime da autocracia, até que providências legais emergjam para encamizá-lo e trazê-lo à legalidade das instituições democráticas do nosso Estado - membro de um País democrata, livre e soberano.

*Dario Mondego  
Presidente*



# Encontro mostra eficiê

“Antes de tudo, Saneamento Básico é um direito humano, mas é também uma questão política. Não adianta grandes projetos, se não temos uma definição política, se não sabemos o que queremos para o Setor”. Essas palavras foram ditas pela deputada Heloneida Studart, do PT/RJ, na abertura do Seminário sobre “Modelos de Gestão Pública para o Saneamento”, realizado no último dia 24 de novembro, no Salão Nobre da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro - ALERJ - onde foram apresentadas e discutidas experiências bem sucedidas de gestão pública do Saneamento no estado de São Paulo, em Brasília e no município fluminense de Resende.

Além da parlamentar, que é também presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, participaram do Encontro o presidente da ABES Nacional, Clóvis Nascimento; do Crea-RJ, José Chacon; da Aseac, Dario Mondego; da Companhia de Águas e Esgotos de Brasília - Caesb - Marcos Montenegro; o presidente da ABES/SP e diretor da Sabesp, Antônio Marsiglia; o presidente da Federação Nacional dos Urbanitários, Luiz Gonzaga Ulhôa Tenório; o prefeito de Resende, Eduardo Meohas; o consultor e sanitarista Rodolfo Costa e Silva; e o diretor do Sindicato dos Engenheiros do Rio, Honório Gil.

## Sucesso na gestão pública

As palavras de abertura da deputada Heloneida Studart representaram bem o clima de insatisfação dos presentes com relação a política do governo Marcello Alencar de privatizar o mais rápido possível a CEDAE, ignorando exatamente o fato de que o Saneamento é um direito humano e, portanto, não pode ser tratado como produto, sob o risco de que haja aumento de preço dos serviços, queda da qualidade e desatendimento às populações carentes.

Para o prefeito de Resende,

Eduardo Meohas, o Saneamento é uma questão vital, que, infelizmente, não tem recebido a devida importância do Poder Público. Ao falar sobre a gestão do serviço de águas e esgotos de Resende, Meohas não poupou críticas a atual política do governo federal, de tentar garantir a privatização do Saneamento, a qualquer custo: “A

Fotos: Ronaldo Gama



Heloneida Studart: Saneamento Básico é um direito humano

**“No próximo século, o setor de Saneamento vai ter a água como o seu componente mais importante. A água vai ter a mesma importância para o próximo século que o petróleo tem para esse”.**

nossa empresa municipal é viável, mas temos tido obstáculos. A questão é que o governo federal restringe o crédito às empresas públicas. Existem recursos, mas esses só serão liberados para as empresas privadas ou para facilitar a privatização do Setor”.

## Dificuldade de recursos

Eduardo Meohas informou que quando assumiu o governo, a empresa de Saneamento de Resende era deficitária, mas, apesar das dificuldades, ela foi saneada e já está fazendo investimentos:

“Tínhamos problemas, tais como perdas de 50%, além de uma dívida ativa bastante significativa e multiplicidade de tarifas. Mas, hoje, a empresa é viável e já estamos concluindo a construção de uma nova estação de tratamento de água. Além disso, este ano, fizemos 2.400 ligações de água. Agora, não podemos deixar de reconhecer, temos 10 anos de defasagem e precisamos de recursos significativos para atender, principalmente, ao tratamento dos esgotos sanitários. Apesar de coletarmos 94% de todo o esgoto da cidade, não temos tratamento. Por isso, a dificuldade de conseguir recursos, sem dúvida, é um problema para nós e para a nossa empresa pública”.

Também o presidente da Caesb, Marcos Montenegro, criticou o posicionamento do governo federal de dificultar o acesso das empresas públicas aos recursos garantidos para o Setor. De acordo com Montenegro,

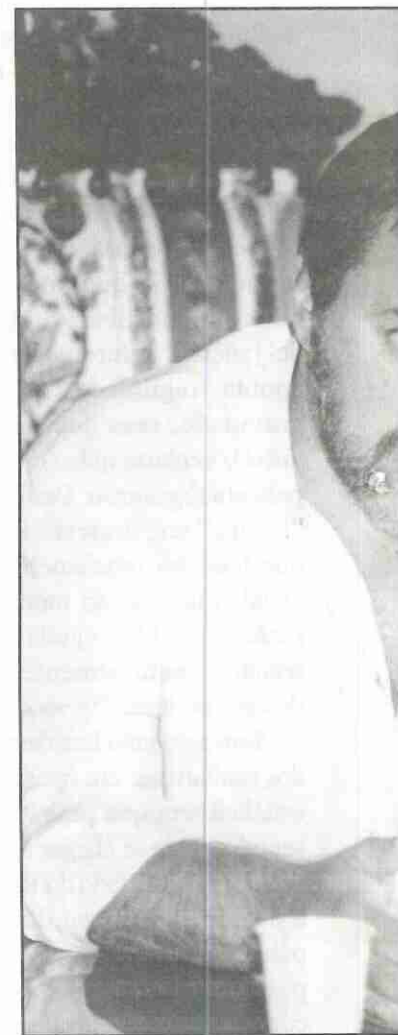
mesmo antes desse último pacote econômico existia todo um esforço do governo federal no sentido de tirar recursos do Saneamento e de outros setores sociais para pagar a dívida pública, que cresceu assustadoramente devido à política de juros altos, mas o último pacote econômico complica ainda mais a questão:

“Esse pacote veio, também, para facilitar a privatização do Saneamento, pois, entre outras coisas, ele estabelece que nenhuma empresa pública pode ter endividamento superior ao que tinha em 30/09, ou seja, ele praticamente proíbe às empresas públicas de pegarem financiamento. Vamos citar o exemplo da Caesb, que, este ano, contratou R\$ 22 milhões. Devido a essa medida provisória, no próximo ano, a companhia só poderá contratar R\$ 18 milhões. Mas e o caso de uma Empresa que não tinha nenhuma dívida em 30/09. Vamos imaginar que essa empresa pagou o que devia para poder pedir recursos. Bom, pelo pacote, se essa empresa não deve nada, não pode pedir nada”.

## Recursos do FGTS

Montenegro explicou que a situação é mais grave, se considerarmos que os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS - também serão desviados: “Depois que o Conselho Curador do Fundo aprovou, em outubro passado, por 10 votos a 3, a utilização dos recursos do FGTS para financiamento da iniciativa privada, ou seja, para atender à privatização do Setor, podemos concluir que o Brasil, hoje, está sem uma fonte para financiar o Saneamento, pois os recursos garantidos no orçamento da União não passam de uma ficção”.

Marcos Montenegro não poupou críticas também ao projeto de Lei Complementar enviado pelo governador Marcello Alencar à Assembléia Legislativa, através da mensagem 40/97, de 13 de novembro último. Segundo o presidente da Caesb, a mensagem do governador acaba com o Conselho da Região Metropolitana, onde os vários municípios tinham poder de voto e veto: “Pela proposta do



Eduardo Meohas: Setor de Saneamento



# ncia na gestão pública

governador do Rio de Janeiro, esse Conselho passa a ser administrado pelo Estado, como um Conselho Consultivo. Isso muda completamente o quadro e mexe com todas as políticas metropolitanas do Estado (transportes, saneamento etc.). Montenegro explicou que, com relação ao Saneamento, a mensagem do governador define que a distribuição da água e a questão do esgotamento sanitário são de responsabilidade do Estado: "Isso é um absurdo, até porque se formos por aí vamos concluir que a macrodrenagem, os resíduos sólidos são também de responsabilidade do Estado e não municipal".

Ao falar sobre a Caesb, Montenegro afirmou que a Empresa atende hoje a 1 milhão e 900 mil clientes: "A Caesb é uma empresa pública que investiu em seu potencial e teve respostas positivas.

Fizemos um grande investimento em hidrometração e, hoje, o resultado desse esforço é que há um crescimento no atendimento e no volume faturado, isto sem aumento do volume produzido. Saímos de um patamar de 92% de atendimento para 98%. Em 1996, a Caesb era a sétima empresa do "ranking" nacional e, agora, é a quinta, com a menor tarifa do país, até 29 metros cúbicos".

Ao finalizar, Montenegro pediu o apoio de todos os participantes do Seminário para que se faça uma mobilização nacional, no sentido de fazer com que o governo federal volte atrás na decisão de reduzir a utilização dos recursos do FGTS para Saneamento e habitação: "Isso vai provocar, de imediato, a redução dos investimentos no Setor. Com certeza, teremos um aumento de doenças, provocadas por falta de Saneamento".

## Água: um bem econômico

Durante o seminário, o presidente da ABES/SP e diretor da Sabesp, Antônio Marsiglia, considerou que a partir da ECO-92 ficou explícito que a água é um bem

econômico, com disponibilidade limitada e do qual não se pode prescindir: "Para a iniciativa privada, é uma maravilha ter esse produto em suas mãos. Aliás, no próximo século, o setor de Saneamento vai ter a água como o seu componente mais importante. A água vai ter a mesma importância para o próximo século que o petróleo tem para esse".

**"A água é um excelente negócio. Não tem crise, pois todos somos obrigados a beber. Precisamos achar um Monteiro Lobato, que diga: A água é nossa."**

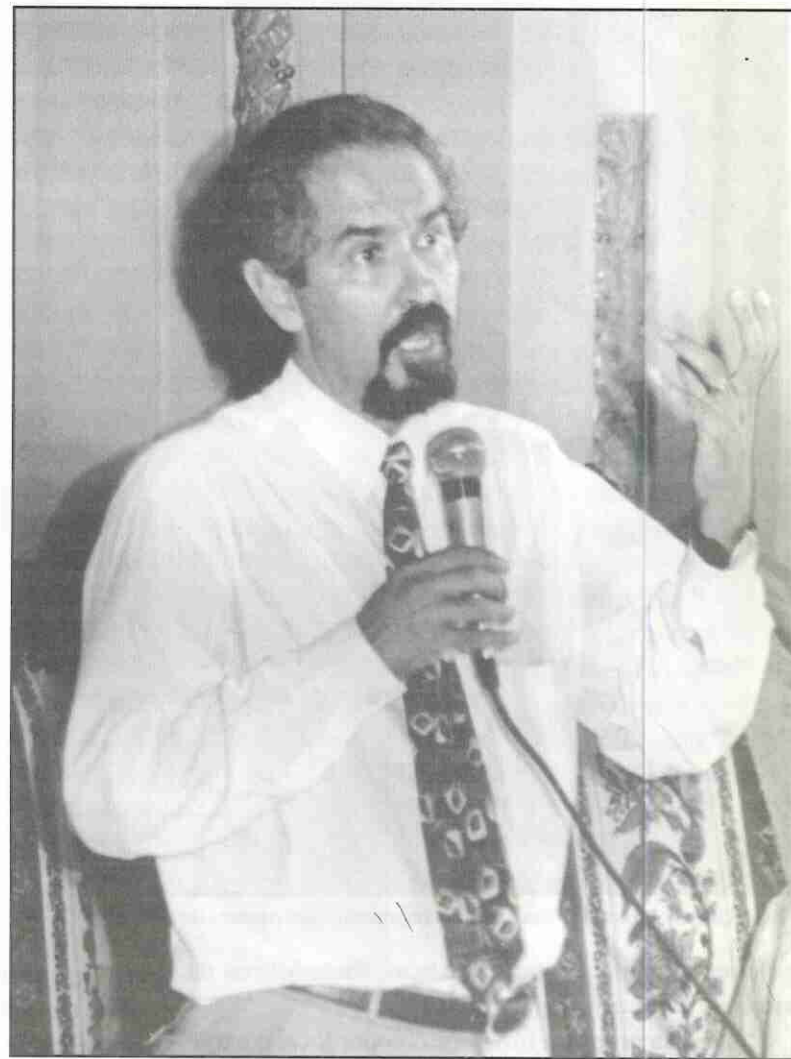
Marsiglia denunciou um complô de forças multinacionais, que têm o apoio do Banco Mundial - BIRD -, para assumir o controle da água no mundo. Segundo o engenheiro da Sabesp, várias empresas, como a Lyonnaise d'Eaux e General d'Eaux - ambas francesas - fazem parte desse complô: "Essa é uma estratégia. Hoje, existem mais recursos para privatizar o Saneamento do que a energia elétrica. A água é um excelente negócio. Não tem crise, pois todos somos obrigados a beber. Precisamos achar um Monteiro Lobato, que diga: A água é nossa".

Antônio Marsiglia explicou, ainda, que nem os EEUU - paraíso da iniciativa privada - se atrevem a deixar os serviços de Saneamento nas mãos da iniciativa privada: "A população não aceita, lá o Saneamento faz parte do setor público".

## Participação da população

Sobre a CEDAE, ele considerou que os empregados da companhia precisam se movimentar mais e envolver a população fluminense na discussão sobre a sua privatização: "Eu não vejo outro caminho, aliás, por experiência, sabemos, que no momento em que a população é informada dos riscos da privatização de uma Empresa de Saneamento, ela começa a discutir o problema e a situação muda". Marsiglia citou como exemplo o que ocorreu com o município de Guarulhos, que tinha um candidato a prefeito com 70% de aprovação popular: "Só que antes das eleições, ele afirmou que privatizaria o Saneamento. Nós iniciamos um trabalho e ele perdeu as eleições. Eu tenho certeza de que, se a sociedade fluminense for informada a tempo das propostas do governador do Rio de Janeiro para o Saneamento, ele não privatiza a CEDAE e nem faz o seu sucessor. Agora, é preciso sair às ruas e falar com a população. Ou nós mobilizamos a sociedade, ou esse discurso de que o Saneamento não pode ser privatizado não vai ter resultado prático algum".

Na Sabesp, havia uma política de deixar a Empresa



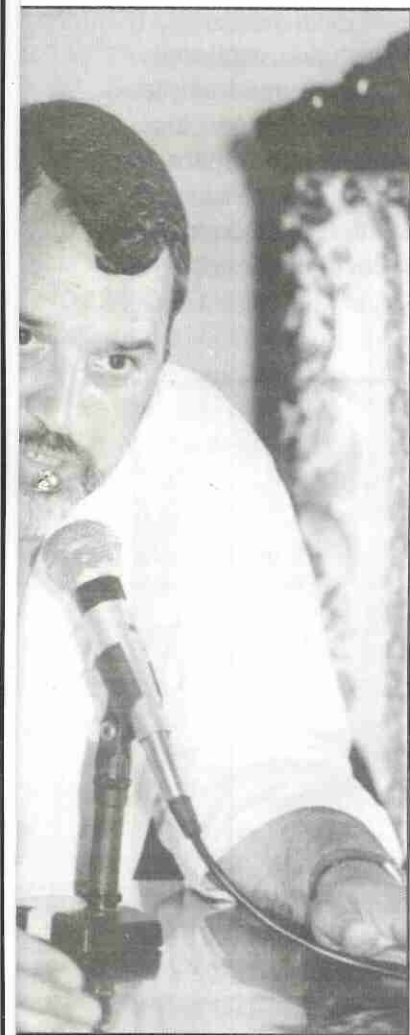
Montenegro: Pacote Econômico do governo complicou a situação do setor

em situação ruim para depois privatizá-la. A idéia inicial era que essa privatização ocorresse através do município, mas isso mudou e, hoje, tenta-se fazê-la mudando a lei". Mas, em São Paulo, explicou Marsiglia, graças a decisão política do governador Mário Covas (PSDB), a Sabesp pode se reorganizar e mostrar que a Empresa pública é competente: "Naquela ocasião, a Sabesp tinha dívidas, não tinha recursos para investir, era obrigada a manter um programa de rodízio para atender à população e, além disso, ainda ignorava os municípios, tanto que vários deles - como Diadema - queriam romper o contrato de concessão. Hoje, a Sabesp é exemplo de empresa pública lucrativa e, até o final de 1998, deverá estar atendendo a 100% da população com água tratada".

Marsiglia disse que, após a reestruturação da Empresa, houve uma significativa melhora no programa de rodízio que, de 3,2 milhões de pessoas, foi reduzido para apenas 1 milhão de pessoas. Além disso, as perdas físicas e comerciais - que eram de 50% - caíram para cerca de 33%: "Somente com a utilização de válvulas de pressão inteligente, houve um ganho de 15 litros por segundo, por válvula", finalizou.

## Trabalhadores querem controle social

Durante o seminário, o presidente da Federação Nacional dos Urbanitários - FNU -, Luiz Gonzaga explicou que a proposta dos trabalhadores para o Saneamento busca o debate com a sociedade e produz,



Básico não recebe a atenção devida





Luiz Gonzaga Tenório: Recursos do orçamento não passam de ficção

triste é que políticos da oposição também estão defendendo a política de privatização: "No Rio de Janeiro, temos dois exemplos que chamam a atenção: o de Niterói e o de Angra dos Reis. O prefeito de Niterói é do PDT e já licitou os serviços de Saneamento para uma empresa privada. Em Angra dos Reis, o prefeito é do PT e quer fazer a mesma coisa. É lamentável".

Ao finalizar, Gonzaga chamou a atenção para o fato de que as empresas interessadas - tipo Lyonnaise d'Eaux - em comprar o Saneamento no Brasil estão envolvidas em vários escândalos de corrupção e não têm qualquer interesse pelo social: "Na França, por exemplo, a Lyonnaise d'Eaux é concessionária de serviços de hospitais, cemitérios e água. Eu falei isso pessoalmente para um representante em um seminário e ele

não teve a coragem de desmentir. Quer dizer, se o serviço de hospital estiver fraco, a empresa pode piorar a qualidade da água e o hospital vai ter mais pacientes.

E, da mesma forma, se os serviços de cemitério estiverem fracos, a empresa tem a opção de piorar os serviços de hospital", concluiu.

O líder dos urbanitários afirmou, ainda, que o presidente da França, Jacques Chirac, veio ao Brasil tão somente para facilitar a compra pelas empresas francesas dos serviços de Saneamento brasileiros.

#### Marcha política

"Nós estamos incluídos no processo político nacional e a marcha em defesa do Saneamento é política. Água e fezes tem relação com todo o resto, e nós só vamos mudar alguma coisa, quando aprendermos e pudermos fazer política, através do Saneamento". A constatação é do consultor e sanitarista Rodolfo José da Costa e Silva, ao defender, durante o Seminário, a realização de um pacto entre a elite intelectual, os capitalistas nacionais e os trabalhadores, como única forma de

impedir a privatização de um serviço, que é a base da Saúde Pública e fundamental para o desenvolvimento econômico e social do País. Segundo o consultor, precisamos ter consciência de que, se os serviços de Saneamento forem privatizados, todos os projetos, compra de materiais e equipamentos deixarão de ser feitos no Brasil.

Para ele, o único caminho para se preservar as empresas estaduais e municipais de Saneamento brasileiras é através dessa unidade entre os intelectuais, empresários nacionais e trabalhadores. Ao chamar a atenção para o fato de que não podemos perder a

clareza - sob o risco de nos confundirmos - de que o Saneamento é uma atribuição municipal, definida constitucionalmente, Rodolfo criticou abertamente o Projeto de Lei 266, do Senador José Serra: "Na verdade, nem mesmo a ditadura teve coragem de cassar o poder concedente dos municípios. A lei em vigor, a Constituição define que os serviços de Saneamento são de competência municipal. Agora, se isso vai mudar - como propõe a Lei do Serra - eu não sei. Hoje, no Brasil, todo dia a lei muda, através de

Medidas Provisórias. Estamos convivendo com uma legislação movediça".

Rodolfo fez um breve relato histórico, explicando que o poder concedente municipal é uma tradição brasileira colonial, que passou pelo Império e se mantém, até hoje, na República. Aliás para o consultor, o fato de as companhias estaduais estarem na mira da privatização representa uma incoerência, considerando-se que a competência dos serviços é municipal.

**"Nem mesmo a ditadura teve coragem de cassar o poder concedente dos municípios. Hoje, todo dia a lei muda, através de Medidas Provisórias. Estamos convivendo com uma legislação movediça".**



Rodolfo Costa e Silva: É preciso um pacto contra a privatização

pela sua dinâmica e características, diagnósticos da situação local e regional:

"A nossa proposta fortalece o poder local e exige o controle social." Aliás, segundo Gonzaga, a universalização dos serviços de Saneamento é incompatível quando não existe a participação da sociedade.

E para garantir esse controle, a FNU quer realizar conferências municipais e regionais, culminando com uma conferência nacional para que se analise a questão do controle social, pois, segundo ele, os governos estaduais têm tratado a questão do Saneamento de forma criminosa.

O presidente da Federação explicou que os trabalhadores não têm compromisso com o modelo institucional de Saneamento implantado no país, que atende apenas os interesses de grupos, sejam econômicos e políticos, mas não consideram os interesses maiores da sociedade: "Os trabalhadores, entre outras coisas, participaram ativamente do projeto de lei complementar - PL/99 -, que após dois anos de debate no Congresso foi aprovado, mas vetado integralmente pelo presidente FHC, quatro dias após ele assumir o governo".

O representante dos urbanitários criticou o papel do legislativo nesse processo, afirmando que, hoje, dois projetos de lei, um do Senador José Serra (PSDB/SP) - o PL/266 - e outro do deputado Procópio Lima Netto (PFL/RJ), tramitam no congresso e ambos retiram dos municípios a prerrogativa de ser o poder concedente dos serviços de Saneamento, com a única intenção de facilitar a privatização do Saneamento. Para Gonzaga, o mais



# Governador “atropela” de novo a Constituição

*Transferência de poderes dos municípios para o Estado é manobra para privatizar*

“**T**ransferir para o Estado a gestão da infra-estrutura urbana dos municípios é uma “clara tentativa de burlar a Constituição para facilitar a privatização de empresas estaduais públicas que prestam serviços essenciais à população”. A afirmação foi feita pelo advogado e jurista Marcelo Cerqueira, após participar do debate “Concessão, Privatização e Serviços Públicos”, no Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), em novembro último, ao comentar a mensagem enviada pelo governador Marcello Alencar à Assembléia Legislativa, aprovada no “apagar das luzes” do ano legislativo, transferindo para o Estado a prerrogativa de poder concedente de serviços essenciais de interesse local, garantida na Carta Magna aos municípios.

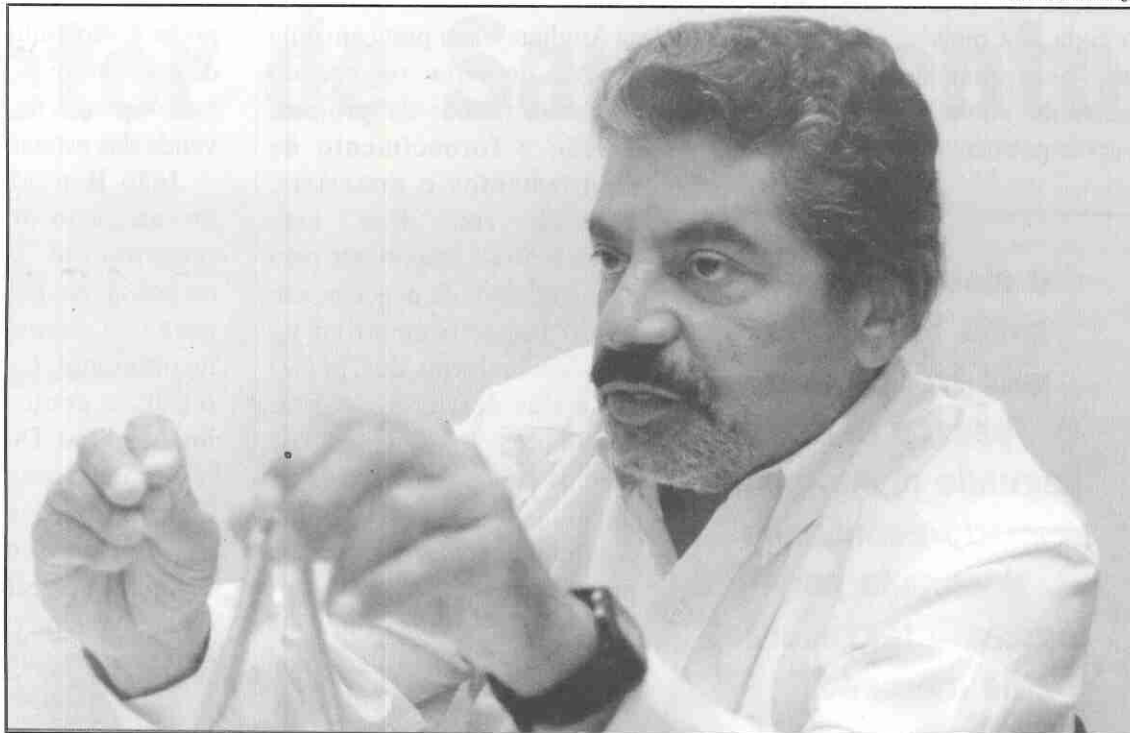


Foto: Eduardo Sengés

Notabilizado pela luta que vem empreendendo contra o progressivo desmonte do Estado, o jurista identificou, na leitura preliminar da mensagem nº 40/97, encaminhada ao legislativo em novembro, duas inconstitucionalidades. Além da questão do poder concedente - desrespeitado à medida em que o texto transfere para lei ordinária estadual atribuições do município - a iniciativa do governo do Estado do Rio viola o conceito prévio de tarifa. “É que ao concessionário seria permitido o aumento dos preços praticados, independente de lei autorizativa que examina, caso a caso, a necessidade de majoração tarifária” - comentou.

O jurista classificou de perversa a política ora colocada em prática por alguns governos estaduais - entre eles o do Rio de Janeiro - que trabalham no sentido de descaracterizar o serviço público para justificar sua transferência à iniciativa privada. Marcelo Cerqueira enxerga um grande retrocesso no conteúdo de mensagens como a do governador Marcello Alencar, cuja finalidade

é viabilizar a privatização de empresas públicas como a CEDAE: “Muito embora, desde os anos 30, os servidores reclamem por melhorias, o poder público nunca leva em conta as propostas do funcionalismo para melhorar o serviço, culpa o servidor por todas as mazelas do sistema e ainda chama de corporativista toda e qualquer manifestação em prol da preservação das empresas estatais”.

Marcelo Cerqueira lamentou o fato de o governo federal estar adotando, no Brasil, um modelo econômico em fase de esgotamento no mundo e as graves conseqüências daí decorrentes. Autor de diversas ações judiciais contrárias à venda da Vale

do Rio Doce, ele alertou que o Estado vem alienando empresas públicas fortes e competitivas, para atrair capital estrangeiro, sob o falso argumento de que a privatização aumenta a competitividade do país: “Países não são empresas e por isso não vão à falência”, protestou.

Cerqueira lembrou que o neoliberalismo na Inglaterra produziu experiências fracassadas no que diz respeito à privatização de serviços públicos, levando o partido trabalhista de volta ao poder. Advertiu também que a

liberalização da economia e o culto ao mercado também fracassou em países como a Argentina, México - que quebrou duas vezes e viu a guerrilha voltar como forma de protesto - e a Coréia. “Este último, inclusive, tem um perfil sócio-econômico parecido com o do Brasil, já que lá, os direitos sociais são poucos, o salário mínimo é irrisório e a pouca proteção ao trabalho conspiram para aumentar a distância entre pobres e ricos”. O também ex-deputado federal assinalou ainda que as críticas contrárias à concessão de serviços à iniciativa privada são uma questão de ordem prática e não têm o cunho político ideológico - frequentemente alegado pelas

forças políticas que pregam a tese do “quanto menos estado melhor”. Ele lembrou que à medida em que o fim do contrato se aproxima, o serviço entra em colapso, porque não faz mais diferença investir no sistema, a tarifa aumenta e a concessionária passa a se apropriar de poder político para defender seus interesses.

Marcelo Cerqueira citou como exemplo o caso da Light, concessão canadense comprada sem necessidade durante o governo Geisel, às vésperas do fim do contrato,

e que inclusive já voltou ao controle estrangeiro - desta vez adquirida pela estatal francesa do setor. Como não havia um controle rígido sobre o financiamento de campanhas eleitorais, a empresa concessionária influenciou abusivamente nas eleições para o governo do Estado em 1960, financiando ostensivamente as campanhas dos candidatos da

direita e do populismo - respectivamente Carlos Lacerda e Tenório Cavalcanti. “Aquela vitória eleitoral daria origem à base física do golpe militar, que acabou acontecendo em 1964”, concluiu.

**“O poder público nunca leva em conta as propostas do funcionalismo para melhorar os serviços e culpa o servidor por todas as mazelas do sistema.”**

**“O neoliberalismo, na Inglaterra, produziu experiências fracassadas no que diz respeito à privatização de serviços públicos, levando o partido trabalhista de volta ao poder.”**



# Técnico defende a manutenção do Saneamento no setor público

*Sanitarista português mostra os erros do processo de privatização na Europa*

**A** sobrevivência das entidades do setor público, num mercado cada vez mais influenciado pelas empresas transnacionais, é perfeitamente viável, mas depende, necessariamente, de apoio político, a nível governamental e dos consumidores. A conclusão é do presidente do Conselho de Administração da Empresa Portuguesa de Águas Livres, João Bau, ao participar do seminário internacional "Globalização da Economia e Abastecimento de Água - Contribuição para um Debate sobre o futuro do Setor Público", promovido pela ABES, em São Paulo, nos dias 10, 11 e 12 de setembro último.

João Bau, destacou que a globalização e a progressiva abertura dos mercados vêm ameaçando a sobrevivência das empresas públicas de saneamento básico: "O sistema estatal ainda tem muito pela frente, mas passou para segundo plano num cenário econômico dominado por lógicas integradoras privadas. Feridos em certos atributos essenciais da soberania, os estados, bem ou mal, tentam fazer frente às políticas verticais adotadas pelos grandes grupos internacionais, notadamente os franceses e ingleses" - assinalou.

Durante palestra intitulada "Os Desafios da Oferta Sustentável de Água em Países Emergentes", o também pesquisador, coordenador e administrador do Instituto Águas de Portugal descreveu os resultados obtidos com a privatização de empresas públicas de saneamento em países desenvolvidos e definiu estratégias para o setor público de países emergentes enfrentar a onda neo-liberal.

O conferencista advertiu ainda que empresas francesas como a Générale des Eaux e a Lyonnaise

des Eaux - as duas maiores distribuidoras de água do mundo - e a inglesa Anglian Water praticam uma política de verticalização do setor, recorrendo preferencialmente às suas firmas de projeto, consultoria, construção e fornecimento de

equipamentos e materiais. Segundo João Bau, este procedimento, importante para a rentabilidade do negócio, tem óbvio impacto negativo no mercado interno dos países onde elas desenvolvem suas atividades. "Além disso, à medida em que as autoridades públicas impõem constrangimentos na fixação do preço de venda da água, mais a concessionária impõe margens de lucro no preço final do produto vendido ao consumidor.

**"O sistema estatal ainda tem muito pela frente, mas passou para segundo plano, num cenário econômico dominado por lógicas integradoras de mercado."**

O presidente do Conselho de Administração da Empresa Portuguesa de Águas Livres fez um o balanço do processo de privatização de empresas de saneamento nos países desenvolvidos que, no seu entender, não é satisfatório. Na Inglaterra, segundo ele, a transferência da empresa de água para a iniciativa privada originou o maior protesto entre o público inglês: 30% dos consumidores consideraram que o serviço piorou, contra apenas 3% favoráveis. Além disso, o aumento das tarifas (30%, em 1991) e os exorbitantes lucros auferidos (360%, no mesmo período) tornaram muito impopular a administração conservadora iniciada por Margaret Thatcher em

1989. "Por causa disso, os trabalhistas voltaram ao poder e vão multar em US\$ 2 bilhões as empresas de água, visando a ressarcir o país dos abusos e dos baixos preços fixados pelo governo por ocasião da venda das estatais".

João Bau advertiu ainda que na França a privatização dos serviços de água e esgoto (atualmente as grandes empresas são responsáveis pela produção de quase ¾ da água potável) assumiu contornos de grave crise institucional. Uma onda de escândalos sacudiu o país e centenas de pessoas são objeto de investigação. Dois ministros do governo anterior - Gérard Longuet, da Economia, e Alain Carrington, das Comunicações - caíram, por envolvimento em esquemas de financiamento de campanha eleitoral, excessiva concentração empresarial no ramo e favorecimento a empresas em concorrências.

O sanitário português assinalou que os chamados países emergentes possuem

capacidade de investimento e corpo técnico dotado de inegável know-how, onde empresas de capital público e serviços municipais desenvolvem sua tarefa com competência. Ao alinhar uma série de objetivos estratégicos para o setor público enfrentar a política neo-liberal, ora em voga, João Bau destacou a prestação de um serviço capaz de contemplar a parcela da população com menos recursos; a gestão dos

recursos hídricos enquanto uma política ambiental; uma política de financiamento global, e uma política tarifária que leve em conta a dimensão social do serviço .

**Na Inglaterra, a transferência da empresa de água para a iniciativa privada originou o maior protesto entre o público inglês: apenas 3% consideraram que o serviço melhorou."**